

Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 22 de maio

TCE fará levantamento sobre transparência das OS - FIO DIRETO

SUELY ARANTES

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)** vai realizar levantamento sobre a transparência da gestão das unidades hospitalares sob responsabilidade de Organizações Sociais (OS) e também das ações de combate à Covid-19 em **Goiás**. Embora sejam instituições privadas, as OS recebem grande volume de recursos públicos. Ranking elaborado pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** em 2019 revelou um quadro preocupante quanto à transparência dessas instituições. Na oportunidade, nenhuma gestão de hospital conseguiu atender ao menos 70% dos quesitos avaliados.

A gestão Hugol apresentou o melhor desempenho, com 67,84% de atendimento. Já a pior, foi o do Hemocentro Coordenador, que cumpriu apenas 27,3% dos itens avaliados. O levantamento vai analisar ainda se estão divulgando de forma clara e coerente dados sobre o combate à Covid-19. Também será objeto do trabalho a transparência de todas as ações do Estado no combate à pandemia causada pelo novo coronavírus. O secretário de Controle Externo do **TCE**, Vitor Gobato, explica que o levantamento tem prazo de 30 dias para conclusão e busca dar respostas tempestivas e contemporâneas para que a administração pública e organizações sociais possam adotar medidas para dar maior transparência à sociedade. Gobato destaca que o cidadão necessita de informações de qualidade, coerentes e transparentes, para acompanhar a evolução e os impactos da pandemia.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20200522/pagina/1>

Terceirização - XADREZ

RUBENS SALOMÃO

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** realizará um levantamento sobre a transparência da gestão das unidades hospitalares sob responsabilidade de Organizações Sociais, além das ações de combate à Covid-19 em **Goiás**.

Lista própria

Ranking da **Controladoria Geral do Estado (CGE)** referente a 2019 mostra um quadro "preocupante", segundo o tribunal, quanto à transparência das instituições. Nenhuma gestão de hospital conseguiu atender ao menos 70% dos quesitos avaliados.

Site: <http://flip.ohoje.com/public/impresso/4941/4941.pdf>

Coronavírus: MPs recomendam a Estado medidas para melhorar transparência de dados sobre a doença

O Ministério Público de **Goiás** (MP-GO), o Ministério Público Federal em **Goiás**, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e os Ministérios Públicos de Contas junto ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) expediram recomendação conjunta nesta sexta-feira (22/5), orientando a adoção, pelo Estado de **Goiás**, de medidas visando garantir maior transparência das informações sobre o coronavírus (Covid-19), em especial em relação ao sistema de saúde e as vagas na rede de atendimento (censo hospitalar).

Um dos objetivos da recomendação é o de assegurar o cumprimento da Portaria nº 758/2020, do Ministério da Saúde, que define o procedimento para o registro obrigatório de internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de Covid-19 nos estabelecimentos de saúde públicos e privados que prestam serviços no Sistema Único de Saúde (SUS). O documento lembra que o próprio Decreto Estadual nº 9.653/2020 determina aos hospitais do Estado que informem a Secretaria Estadual de Saúde, diariamente, o número de leitos gerais e o número de leitos de cuidados intensivos, bem como sua ocupação.

O documento traz recomendações específicas ao secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, e ao secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), Henrique Ziller. O prazo para o cumprimento do que foi recomendado é de 15 dias. Os MPs salientam que a recomendação conjunta tem natureza preventiva e corretiva, já que sua finalidade é o cumprimento da legislação vigente, bem como evitar a responsabilização cível, administrativa e criminal dos agentes que descumprirem as orientações.

Assinam o documento o procurador-geral de Justiça de **Goiás**, Aylton Flávio Vechi; o procurador-chefe do MPF em **Goiás**, Ailton Benedito; o procurador-chefe do MPT em **Goiás**, Tiago Ranieri de Oliveira; a procuradora-geral do MP de Contas junto ao **TCE**, Maísa de Castro Sousa, e o procurador-geral do MP de Contas junto ao TCM, José Gustavo Athayde.

À SES

À Secretaria de Estado da Saúde (SES), foram recomendadas as seguintes medidas: 1) proceder à supervisão das autoridades sanitárias e dos estabelecimentos de saúde públicos e privados que prestem serviços no SUS, inclusive com a possibilidade de vistoria in loco, quanto ao cumprimento dos deveres de transparência ativa em relação às informações exigidas pela Portaria MS nº 758/2020; 2) cobrar dos estabelecimentos de saúde privados não conveniados ao SUS, por meio das autoridades sanitárias, o registro obrigatório das internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de Covid-19, nos mesmos moldes das diretrizes da mencionada portaria, e 3) exigir que as organizações sociais que gerem unidades hospitalares estaduais informem em seus sítios eletrônicos, diariamente, e em campo específico, as despesas realizadas com o enfrentamento da Covid-19, indicando o objeto, o quantitativo, o valor e a identificação do fornecedor/prestador do serviço.

À SES e à **CGE**

Também à SES e à **CGE**, são feitas as seguintes orientações, visando ao aprimoramento do portal onde são consolidadas as informações sobre a Covid-19 (www.saude.go.gov.br/coronavirus): a) fornecer link para acesso aos boletins epidemiológicos, e b) apresentar, no mesmo local e da mesma forma que são consolidadas as despesas diretamente realizadas pelo Estado de **Goiás**, das despesas suportadas pelas organizações sociais com o enfrentamento da Covid-19. (Texto: Ana Cristina Arruda/Assessoria de Comunicação Social do MP-GO - Arte: Chico Santos)

Site: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/coronavirus-mps-recomendam-a-estado-medidas-para-melhorar-transparencia-de-dados-sobre-a-doenca>

Governo de Goiás lança projeto Embaixadores da Cidadania

O Governo do Estado de **Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE-GO**) e em parceria com a Universidade Federal de **Goiás** (UFG), lançou o projeto Embaixadores da Cidadania. Trata-se de um programa de certificação que tem o objetivo de acionar, por meio da capacitação estruturada, o conhecimento dos dispositivos constitucionais atrelados à cidadania. Poderá participar da iniciativa qualquer cidadão de 16 anos ou mais disposto a aprimorar e produzir um projeto que vise a uma interferência social.

Ao debater temas ligados à cidadania, a **administração estadual** busca construir uma cultura política transformadora e participativa, em especial na sociedade goiana. Com duração de aproximadamente cinco meses e encerramento previsto para dezembro, é esperada a participação e capacitação direta de até 500 candidatos em diversos temas referentes ao exercício da cidadania e da participação social.

As inscrições, gratuitas, estão abertas até 7 de junho e serão realizadas no site do projeto (www.embaixadoresdacidadania.go.gov.br). Pode participar do Embaixadores da Cidadania qualquer cidadão disposto a conhecer mais sobre valores fundamentais da vida em sociedade, do funcionamento e diretrizes da administração pública, bem como sobre as oportunidades de participação cívica previstas na legislação brasileira.

O projeto está estruturado em duas fases. A primeira conta com etapas teóricas e pílulas de conhecimento. Os cursos teóricos foram desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e serão ofertados por EaD em ambiente virtual. Na segunda fase, os participantes serão estimulados a desenvolver um projeto social que contribua ou possa ser aplicado em sua comunidade. Ao final, será concedida pela UFG uma certificação de 180 horas para aqueles que concluírem as etapas.

Os conteúdos e atividades feitos ao longo do curso permitirão que os cidadãos participantes entendam a importância da participação ativa na sua comunidade e no Estado. Como resultado, é esperado que o Embaixadores da Cidadania se desenvolva como um instrumento eficaz para influenciar diretamente no desenvolvimento de uma cultura política que torne o cidadão goiano um agente ativo e participativo na construção das políticas públicas que incidem sobre ele e sobre sua comunidade.

Também são parceiros do projeto o Ministério Público de **Goiás**, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás**, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Educação de **Goiás**, a Organização das Voluntárias de **Goiás**, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, a **Agência Brasil Central**, entidades e projetos como o Voto Consciente, Lobby Social, Politize!, Goianas na Urna, e a agência de dados Fiquem Sabendo. Estas instituições também cederão técnicos e integrantes que atuarão como facilitadores das atividades, em conversas sobre suas áreas de atuação, gravadas e disponíveis aos participantes inscritos.?

Comunicação Setorial

Controladoria-Geral do Estado de **Goiás**

Site: <https://gazetadoestado.com.br/artigo/governo-de-goias-lanca-projeto-embaixadores-da-cidadania>

Estado de Goiás: Novo decreto regulamenta Pregão Eletrônico e Presencial

Já está em vigor o Decreto nº 9.666, de 21 de maio de 2020, que estabelece o regulamento da modalidade de licitação denominada pregão, nas formas eletrônica e presencial, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito do Estado de **Goiás**.

As novas regras são de aplicação obrigatória pelos órgãos da **administração estadual** direta, os fundos especiais, as autarquias e as fundações estaduais, ficando revogado o Decreto nº 7.468, de 20 de outubro de 2011.

Para as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, a aplicação é complementar, observado o art. 40 da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

É importante destacar que os editais que ainda não foram publicados até a entrada em vigor deste Decreto (dia 21 de maio de 2020) devem ser ajustados às novas regras, e aqueles já publicados permanecerão regidos sob a égide da normativa anterior (Decreto nº 7468 /2011). Eis o art. 4º:

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º Os procedimentos licitatórios cujos editais ainda não foram publicados até a entrada em vigor deste Decreto serão ajustados aos termos deste Decreto.

§ 2º Os procedimentos licitatórios cujos editais tenham sido publicados até a entrada em vigor deste Decreto permanecem regidos pelas normas do Decreto nº 7.468, de 20 de outubro de 2011.

§ 3º Ficam convalidados os atos dos certames tornados públicos praticados a partir do dia 27 de abril de 2020.

O anexo único do novo decreto estabelece regulamento acerca do procedimento, disciplinando os procedimentos preparatórios, os termos do edital, as publicações, as fases obrigatórias, os critérios de julgamento, e outros.

O art. 8º relaciona os documentos obrigatórios que devem constar do processo licitatório. São eles:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

XI - proposta de preços do licitante;

XII - ata da sessão pública, que conterá, entre outros, os seguintes registros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

d) os lances ofertados, na ordem de classificação;

e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

f) a aceitabilidade da proposta de preço;

g) a habilitação;

h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

j) o resultado da licitação.

XIII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do extrato do contrato;

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida;

XIV - ato de homologação.

Outro ponto de grande importância é a possibilidade de instrução do processo de forma eletrônica, utilizando-se dos atos e documentos relacionados acima em formato digital, válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas (Art 8º, § 1º - Anexo único)

A ata da sessão pública deverá disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

HIPÓTESES EM QUE NÃO SE ADMITE O USO DA MODALIDADE PREGÃO

Fica vedado o uso da modalidade Pregão, nas formas eletrônica e presencial:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações;

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3;

DAS FASES OU ETAPAS (Art. 6º):

O procedimento, na forma eletrônica ou presencial, observará as seguintes etapas sucessivas

I - planejamento da contratação;

II - publicação do aviso de edital;

III - apresentação de propostas e documentos de habilitação;

IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;

V - julgamento;

VI - habilitação;

VII - recursal;

VIII - adjudicação;

IX - homologação.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Art. 7º)

Poderá ser adotado como critério de julgamento para seleção da proposta mais vantajosa para a administração o menor preço ou ainda o maior desconto, conforme dispuser o edital, observados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

DO CREDENCIAMENTO (COMPRASNET) E DO CADASTRO (CADFOR) (Art. 9º)

Para realização do pregão eletrônico será exigido credenciamento da autoridade competente, do órgão ou da entidade promotora da licitação, do pregoeiro e membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, através do Sistema Eletrônico de Gestão de Compras - COMPRASNET.GO, mediante uso de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, cabendo à autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação solicitar ao provedor do sistema o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio.

Importante considerar ainda que o credenciamento do licitante e a sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no CADFOR.

O pregão na forma eletrônica será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer a distância e em sessão pública, por meio do Sistema Eletrônico de Gestão de Compras - COMPRASNET.GO, disponível no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.go.gov.br/>.

DO SIGILO DO VALOR ESTIMADO (Art. 15)

O novo decreto prevê ainda a possibilidade de ser atribuído caráter sigiloso do valor estimado, ou do valor máximo aceitável para as propostas, ocasião em que tal informação será disponibilizada exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo (especialmente o **TCE-GO**)

Nessa hipótese, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

Site: https://josiassobrinho9.jusbrasil.com.br/noticias/849231247/estado-de-goias-novo-decreto-regulamenta-pregao-eletronico-e-presencial?ref=news_feed

TCE-GO julga denúncias envolvendo contratos terceirizados do Ipasgo

A Redação

Goiânia - O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** acatou denúncia anônima encaminhada via e-Ouvidoria informando supostas irregularidades relacionadas ao pagamento de prestação de serviço na forma terceirizada no âmbito do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. O relator da denúncia é o **conselheiro Edson Ferrari**. Ele considerou irregular a contratação de mão de obra terceirizada realizada pelo Ipasgo para as atividades fim e meio.

Segundo o **TCE-GO**, no ano passado, o Tribunal determinou medidas para a redução dos contratos terceirizados e a substituição por servidores efetivos. Foi proposto também pelo **TCE-GO** um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) definindo cronograma de ações para sanar a irregularidade.

De acordo com o **conselheiro Ferrari**, os gestores não foram omissos. "Desde 2005, o Ipasgo vem tentando a realização de concurso público para o preenchimento de seus cargos junto aos organismos competentes, sem sucesso, porém", ponderou, considerando a situação fiscal do Estado.

O relator estabeleceu prazo de 180 dias para as providências e determinou o encaminhamento de cópia do processo para conhecimento do Ministério Público do Estado de **Goiás**.

O jornal A Redação entrou em contato com o Ipasgo, mas ainda não recebeu o posicionamento do Instituto.

Site: <https://www.aredacao.com.br/noticias/134421/tce-go-julga-denuncias-envolvendo-contratos-terceirizados-do-ipasgo>

TCE-GO julga irregulares em contratos de terceirizados do Ipasgo

A Redação

Goiânia - O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** acatou denúncia anônima encaminhada via e-Ouvidoria informando supostas irregularidades relacionadas ao pagamento de prestação de serviço na forma terceirizada no âmbito do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. O relator da denúncia é o **conselheiro Edson Ferrari**. Ele considerou irregular a contratação de mão de obra terceirizada realizada pelo Ipasgo para as atividades fim e meio.

Segundo o **TCE-GO**, no ano passado, o Tribunal determinou medidas para a redução dos contratos terceirizados e a substituição por servidores efetivos. Foi proposto também pelo **TCE-GO** um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) definindo cronograma de ações para sanar a irregularidade.

De acordo com o **conselheiro Ferrari**, os gestores não foram omissos. "Desde 2005, o Ipasgo vem tentando a realização de concurso público para o preenchimento de seus cargos junto aos organismos competentes, sem sucesso, porém", ponderou, considerando a situação fiscal do Estado.

O relator estabeleceu prazo de 180 dias para as providências e determinou o encaminhamento de cópia do processo para conhecimento do Ministério Público do Estado de **Goiás**.

O jornal A Redação entrou em contato com o Ipasgo, mas ainda não recebeu o posicionamento do Instituto.

Site: <https://www.aredacao.com.br/noticias/134421/tce-go-julga-irregulares-em-contratos-de-terceirizados-do-ipasgo>

Caiado entrega prestação de contas de 2019 ao TCE

A Redação

Goiânia - Em solenidade virtual, o governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado, e a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, entregaram nesta quinta-feira (21/5) o Balanço Geral do Estado (BGE) do Exercício de 2019 ao presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, **conselheiro Celmar Rech**.

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em quatro eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo.

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal cabe ao Legislativo a competência de julgar as contas em definitivo.

Segundo a secretária Cristiane Schmidt, **Goiás** teve um bom desempenho fiscal em 2019, frente aos problemas financeiros herdados. "Fizemos o dever de casa, cumprimos os mínimos constitucionais para saúde, educação e colocamos em dia o pagamento dos servidores públicos que estava em atraso", destacou.

"Assumimos um desafio enorme diante de um quadro fiscal extremamente preocupante. Os detalhes apresentados nesta prestação de contas mostram um trabalho sério e a unificação da equipe em buscar dar transparência aos dados. Estamos mostrando para a população que tem como governar com compromisso e com a honestidade com o dinheiro público", explicou o governador.

"Este processo talvez seja o mais importante do Tribunal de Contas, porque na verdade estamos falando do Balanço Geral do Estado. Dentro destes números estão todos os Poderes e órgãos. Este processo traz uma visão do Estado", disse **conselheiro Celmar Rech**.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O resultado superou o resultado deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas - As Receitas Orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de Receitas Correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de Receitas de Capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das Receitas Correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das Receitas Tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Despesas - As despesas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor empenhado de R\$ 29,474 bilhões (17,46% superior a 2018), sendo R\$ 27,793 bilhões de despesas correntes e R\$ 1,680 bilhão de despesas de capital

GESTÃO PATRIMONIAL

O Ativo Total do Estado de **Goiás** cresceu 12,13%, totalizando em 2019, R\$ 81,385 bilhões, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2019 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o Patrimônio Público destaca-se na elevação do Imobilizado do Estado de R\$ 15,8 bilhões em 2018 para R\$ 22,8 bilhões em 2019 (+44,53%), fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis do Estado.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado, a Dívida Consolidada totalizou em 2019 R\$ 20,67 bilhões, crescimento de 5,27% em relação a 2018. Isso se deu devido à suspensão de pagamento dos contratos da dívida, a partir de maio de 2019. Vale destacar que o Estado de **Goiás** se encontra em processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Levantamento da Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária da Secretaria da Economia revela que o estoque da dívida suspenso em função das cautelares, calculado em 31 de dezembro de 2019, perfaz o montante de R\$ 1,2 bilhão.

Ainda no âmbito do passivo, o Estado pagou R\$ 1,3 bilhão de Restos a Pagar e cancelou R\$ 426 milhões em 2019. A inscrição em Restos a Pagar foi de R\$ 1,42 bilhão, 27,07%, menor que em 2018 (R\$ 1,95 bilhão). O Estoque de Restos a Pagar para 2020 ficou em R\$ 3,52 bilhões.

GESTÃO FISCAL

Daquele total das receitas Orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24,54 bilhões. Além disso, o Déficit Previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

Recursos vinculados para educação e saúde - Aplicação na educação: o mínimo é 25%, o Estado aplicou 25,28%; para a saúde: o mínimo é 12%, o Estado aplicou 12,35%.

Site: <https://www.aredacao.com.br/noticias/134400/caiado-entrega-prestacao-de-contas-de-2019-ao-tce>

Governo de Goiás presta contas ao TCE referente ao ano de 2019

Felipe Cardoso

O governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado, e a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, entregaram na tarde da última quinta-feira, 21, o Balanço Geral do Estado (BGE) do Exercício de 2019 ao presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, **conselheiro Celmar Rech**. A solenidade de entrega foi virtual, devido às restrições do período de pandemia do coronavírus.

"Assumimos um desafio enorme diante de um quadro fiscal extremamente preocupante. Os detalhes apresentados nesta prestação de contas mostram um trabalho sério e a unificação da equipe em buscar dar transparência aos dados. Estamos mostrando para a população que tem como governar com compromisso e com a honestidade com o dinheiro público", declarou o governador.

Por sua vez, a secretária Cristiane Schmidt disse que **Goiás** teve um bom desempenho fiscal em 2019, frente aos problemas financeiros herdados. "Fizemos o dever de casa, cumprimos os mínimos constitucionais para saúde, educação e colocamos em dia o pagamento dos servidores públicos que estava em atraso", destacou.

Além da secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o titular da **Controladoria Geral do Estado**, Henrique Ziller, e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**, Lissauer Vieira, participaram da entrega. Também estiveram presentes, virtualmente, o secretário-Adjunto da Economia, Francisco Sérvulo Nogueira, a subsecretária do Tesouro Estadual, Selene Peres Peres Nunes, e o Contador Geral do Estado e superintendente de Contabilidade da Secretaria da Economia, Ricardo Borges de Rezende.

Uma das novidades no procedimento de entrega do BGE é o sistema totalmente eletrônico. De acordo com o superintendente Ricardo Borges, foi um grande avanço para a transparência e eficiência na prestação de contas. "Pela primeira vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica do Boletim Geral. Foi um trabalho árduo para fechar todos os relatórios e as demonstrações de contas descritivas".

Apresentação

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em quatro eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo.

Ao discursar, o **conselheiro Celmar Rech** frisou os esforços da atual gestão do Governo de **Goiás**: "Estamos acompanhando desde muito tempo algumas ações, como a demonstração contábil da estrutura fiscal, e este trabalho mostra o esforço feito pelo Estado durante o ano de 2019 para o ajuste das contas fiscais. O governador Ronaldo Caiado está de parabéns com essa equipe da Secretaria da Economia, desejo votos de muito sucesso ao longo do mandato".

Celmar explicou a importância da agenda. "Este processo talvez seja o mais importante do Tribunal de Contas, porque na verdade estamos falando do Balanço Geral do Estado. Dentro destes números estão todos os Poderes e órgãos. Este processo traz uma visão do Estado".

Na ocasião, o governador Ronaldo Caiado também ressaltou o importante apoio do **TCE**. "Nós conseguimos avançar no governo graças à participação e orientação do presidente do **TCE**, **Celmar Rech** que, com seu conhecimento e orientação, e pela cultura que tem em proteger o Estado e exigir cada vez mais ações republicanas com os poderes constituídos, sempre nos atendeu e fez com que toda a equipe pudesse interagir, expondo suas dúvidas".

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal cabe ao Legislativo a competência de julgar as contas em definitivo.

Segundo a governadoria, o Resultado Orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O resultado superou o resultado deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

As Receitas Orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de Receitas Correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de Receitas de Capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das Receitas Correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das Receitas Tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

As despesas orçamentárias do exercício de 2019, por sua vez, correspondem ao valor empenhado de R\$ 29,474 bilhões (17,46% superior a 2018), sendo R\$ 27,793 bilhões de despesas correntes e R\$ 1,680 bilhão de despesas de capital

Gestão patrimonial

Os dados mostram ainda que o Ativo Total do Estado de **Goiás** cresceu 12,13%, totalizando em 2019, R\$ 81,385 bilhões, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2019 para R\$ 2,9 bilhões em 2018 (+83,68%).

O cuidado com o Patrimônio Público destaca-se na elevação do Imobilizado do Estado de R\$ 15,8 bilhões em 2018 para R\$ 22,8 bilhões em 2019 (+44,53%), fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis do Estado.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado, a Dívida Consolidada totalizou em 2019 R\$ 20,67 bilhões, crescimento de 5,27% em relação a 2018. Isso se deu devido à suspensão de pagamento dos contratos da dívida, a partir de maio de 2019. Vale destacar que o Estado de **Goiás** se encontra em processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Levantamento da Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária da Secretaria da Economia revela que o estoque da dívida suspenso em função das cautelares, calculado em 31 de dezembro de 2019, perfaz o montante de R\$ 1,2 bilhão.

Ainda no âmbito do passivo, o Estado pagou R\$ 1,3 bilhão de Restos a Pagar e cancelou R\$ 426 milhões em 2019. A inscrição em Restos a Pagar foi de R\$ 1,42 bilhão, 27,07%, menor que em 2018 (R\$ 1,95 bilhão). O Estoque de Restos a Pagar para 2020 ficou em R\$ 3,52 bilhões.

Gestão fiscal

Daquele total das receitas Orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24,54 bilhões. Além disso, o Déficit Previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

Recursos vinculados para educação e saúde - Aplicação na educação: o mínimo é 25%, o Estado aplicou 25,28%; para a saúde: o mínimo é 12%, o Estado aplicou 12,35%

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte

(IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal. Acesse o site da Secretaria da Economia e veja o Balanço Geral do Estado na íntegra

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/governo-de-goias-presta-contas-ao-tce-referente-ao-ano-de-2019-255654/>

"Ronaldo Caiado perdeu tempo com picuinhas políticas", avalia Daniel Vilela

De volta ao debate em **Goiás** após auto isolamento político desde 2019, o presidente regional do MDB, Daniel Vilela, voltou a criticar o comando do governador Ronaldo Caiado (DEM) à frente do estado nos quase 70 dias de combate à pandemia do coronavírus em **Goiás**. O ex-deputado federal repete que não "torce contra" e afirma que foram "acertadas as decisões pelo primeiro isolamento", logo em meados de março. "Só que depois ele acabou perdendo tempo com picuinhas políticas e aquele debate com o Bolsonaro. Ele deveria ter usado esse tempo para promover a infraestrutura de saúde pública no nosso estado", aponta. Daniel cita que o governador anunciou há 60 dias a construção de oito hospitais de campanha para atendimento específico à covid-19. "Apenas um, que já estava pronto em **Goiânia**, é que está em funcionamento. Os demais, não", lembra o emedebista.

Meta e resultado

Daniel define que o estado "perdeu 60 dias" no trabalho que deveria ter sido realizado de preparação do sistema de saúde. "Essa era a razão principal daquele isolamento: o achatamento da curva para construir e equipar essa estrutura".

Na torcida

"Graças a Deus, não temos um colapso na rede pública e torcemos para que isso não aconteça, mas poderíamos estar melhor preparados para qualquer situação", observa.

Oportunidade

As novas críticas de Daniel Vilela foram feitas em live da Juventude do MDB em **Goiás**, que ainda contou com o presidente nacional da sigla, Baleia Rossi, e participação do ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Terceirização

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** realizará um levantamento sobre a transparência da gestão das unidades hospitalares sob responsabilidade de Organizações Sociais, além das ações de combate à Covid-19 em **Goiás**.

Lista própria

Ranking da **Controladoria Geral do Estado (CGE)** referente a 2019 mostra um quadro "preocupante", segundo o tribunal, quanto à transparência das instituições.

Nenhuma gestão de hospital conseguiu atender ao menos 70% dos quesitos avaliados.

Alto e baixo

A gestão do Hugel apresentou o melhor desempenho, com 67,8% de atendimento. Já o pior foi o Hemocentro Coordenador, que cumpriu apenas 27,3% dos itens avaliados.

Contrato

A Prefeitura de Anápolis assinou contrato com hospital particular da cidade para realização de testes para o novo coronavírus. Cada teste custará R\$225 e o acordo envolve a realização de 5 mil provas.

Faças as contas

O detalhe é que a UFG, por meio Instituto de Ciências Biológicas, ofereceu o serviço ao custo de R\$ 150 por teste. O contrato firmado por dispensa de licitação.

CURTAS

- A ONG Transparência Internacional coloca **Goiás** entre os melhores estados com contratos emergenciais durante a pandemia.

- O Portal da Transparência da gestão estadual (CoronaTransp) atingiu 84,8 pontos na primeira avaliação realizada pela entidade.

- Avança na Secretaria de Saúde, com pressão de Vila Nova e Atlético, a conversa para retomada de treinamentos nos clubes.

Site: <http://www.ohoje.com/noticia/xadrez/n/176588/t/ronaldo-caiado-perdeu-tempo-com-picuinhas-politicas-avalia-daniel-vilela>

Saída de secretários servirá como pista a respeito de candidatura irista - GIRO

CAIO HENRIQUE SALGADO

O prazo de desincompatibilização para secretários que pretendem disputar algum cargo no Executivo nas eleições deste ano, que vence em 4 de junho, será, na visão de membros da cúpula do Paço Municipal, revelador sobre os planos de Iris Rezende (MDB). Tidos como os dois secretários mais próximos do prefeito, Agenor Mariano (Administração) e Paulo Ortegal (Governo) avaliam a possibilidade de deixar a Prefeitura daqui a duas semanas, mas iristas apontam nos bastidores que, a depender das sinalizações do emedebista, só um deles fará o movimento e com objetivos diferentes. A coluna apurou que Ortegal, cotado para uma candidatura de vice, tem dito que só deixará o cargo se Iris sinalizar interesse em tentar reeleição. Por outro lado, Mariano, que já foi vice, tem demonstrado interesse em colocar o nome à disposição do grupo para disputar o Paço na ausência de Iris. Se este for o cenário, iristas mais apaixonados defendem o lançamento de uma pré-candidatura para fazer contraponto ao ex-governador Maguito Vilela, que tende a lançar seu nome.

Enquanto isso...

O Secretário de Indústria e Comércio, Wilder Morais (PSC), ainda aguarda conversa com o governador Ronaldo Caiado para bater o martelo a respeito de sua desincompatibilização para disputar a Prefeitura de **Goiânia**.

Legalidade

A Secretaria Estadual de Saúde pediu parecer à PGE para saber se o deputado federal Zacharias Calil (DEM) pode continuar atuando como médico no Hospital Materno-Infantil durante seu mandato. Ele é contratado pela OS IGH.

Alarme falso?

A PGE apontou que Zacharias, que também é servidor efetivo licenciado, não possui atualmente vínculo direto com o Estado. O questionamento deveria partir da Câmara dos Deputados, que deu sinal verde ainda em 2018.

Resultado

Sobraram broncas do governador por conta do questionamento à situação de Zacharias Calil e o caso foi encerrado.

Liberada

O desembargador Gilberto Marques Filho concedeu liminar à **Goiás Verde Alimentos** derrubando os efeitos do decreto do governador Caiado que prevê suspensão dos incentivos fiscais para quem demitir funcionários que estão no grupo de risco durante a pandemia. A decisão vale apenas para a empresa.

E agora?

Como foi concedida por um desembargador, a liminar favorável à **Goiás Verde**, que está em recuperação judicial, só pode ser derrubada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins. Por outro lado, a Secretaria de Economia ainda não regulamentou a operacionalização do decreto do governador.

Episódio especial

Nesta semana, o podcast Giro 360 conta com a colaboração de jornalistas do Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins para traçar um panorama do combate à pandemia e seus entraves políticos em Estados vizinhos.

Teto verde

Teto verde - Impossível não reparar neste ponto de ônibus que fica na Avenida C, no Setor Vila Morais. (Foto: Wildes Barbosa / O Popular)

Pergunta para:

Amilton Filho | Deputado estadual pelo SDD

(Foto: Y.MAEDA)

O governador pediu que as emendas impositivas sejam remanejadas para a saúde. Haverá consenso entre os deputados?

Não tenho dúvidas que a preparação do sistema público de saúde para o combate à Covid é uma pauta convergente entre a Assembleia Legislativa e o governo. Certamente vamos entrar em um equilíbrio, num consenso, entendendo que a minha emenda já permite isso.

Arremate:

Cadeiras - Presidente da OCB em **Goiás**, Luís Alberto Pereira foi eleito como membro efetivo do Conselho Fiscal da OCB Nacional. A entidade goiana das cooperativas também vai integrar o Conselho do ProGoiás.

Aliás... - O novo programa de incentivo fiscal deve ser sancionado hoje por Caiado na porta do Palácio das Esmeraldas..

Único jeito - O governo estadual encaminhou ontem ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** a prestação de contas anual do governador relativa a 2019. A documentação foi enviada eletronicamente.

Cerimônia - Caiado e o presidente do **TCE**, Celmar Rech, fizeram videoconferência para formalizar o envio.

Site: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/giro-1.145054/sa%C3%ADda-de-secret%C3%A1rios-servir%C3%A1-como-pista-a-respeito-de-candidatura-irista-1.2056715>

TCE-GO julga irregulares contratos de terceirizados do Ipasgo

Publicado em maio 22, 2020

Denúncia feita à Ouvidoria do **TCE-GO** deu origem ao processo

Processo nº 201900047000416

Em sessão plenária virtual finalizada na quinta-feira (21/mai), o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** acatou denúncia anônima (ver quadro) encaminhada via e-Ouvidoria informando supostas irregularidades relacionadas ao pagamento de prestação de serviço na forma terceirizada no âmbito do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de **Goiás** (Ipasgo).

A decisão, relatada pelo **conselheiro Edson Ferrari**, analisou a denúncia e considerou irregular a contratação de mão de obra terceirizada realizada pelo Ipasgo para as atividades fim e meio.

A falta de efetivos no Ipasgo vem de longa data. No ano passado mesmo, por meio do Acórdão nº 439/2019, o Tribunal já determinava medidas para a redução dos contratos terceirizados e a substituição por servidores de provimento efetivo, em especial nas atividades finalísticas de fiscalização e de auditoria. No final de 2019, pelo Acórdão nº 3419, foi proposto pelo **TCE-GO** um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG), definindo cronograma de ações para sanar a irregularidade.

O **conselheiro** Ferrari reconhece que os gestores não foram omissos. "Desde 2005, o Ipasgo vem tentando a realização de concurso público para o preenchimento de seus cargos junto aos organismos competentes, sem sucesso, porém", ponderou, considerando a situação fiscal do Estado.

Para o relator, a despeito do "momento pandêmico que aflige a saúde e a gestão pública, bem como a política governamental de contenção de gastos, inclusive com reflexos na realização de concursos públicos, essa situação omissa deve ser excepcionada". Ele estabeleceu prazo de 180 dias para as providências e determinou o encaminhamento de cópia do processo para conhecimento do Ministério Público do Estado de **Goiás**.

Texto: Leonardo Rocha Miranda; Ilustração: Anderson de Castro (Dicom/**TCE-GO**)

Leia também:

Contratação de mão de obra terceirizada irregular no Ipasgo (<http://bit.ly/2qmNcex>)

Contratos de terceirizados do Ipasgo apresentam irregularidades (<http://bit.ly/2u8yG88>)

Site: <http://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/tce-go-julga-irregulares-contratos-de-terceirizados-do-ipasgo/>

Contas do Governador de 2019 encaminhadas ao TCE-GO

Publicado em maio 22, 2020

Caiado e equipe econômica fazem entrega simbólica da prestação de contas ao presidente **Celmar Rech**

O governo do Estado encaminhou hoje (21/mai) ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** a prestação de contas anual do governador, relativa ao exercício de 2019, primeiro ano de mandato de Ronaldo Caiado. A documentação foi enviada pela primeira vez de forma totalmente eletrônica e dentro do prazo acordado com o **TCE-GO**, em decorrência dos transtornos causados pela pandemia da Covid-19.

Apesar da utilização do novo sistema on-line do Tribunal, o presidente **Celmar Rech** fez o recebimento simbólico por meio de videoconferência com o governador Ronaldo Caiado e a equipe econômica do governo. O **TCE-GO** tem prazo de 60 dias para emitir Parecer Prévio sobre as contas, para posterior envio à Assembleia Legislativa a quem cabe o julgamento definitivo. A relatoria das contas de 2019 está a cargo da **conselheira Carla Santillo**, sorteada para a tarefa.

As contas anuais do governador abrangem a totalidade do exercício financeiro, compreendendo todos os recursos orçamentários e extraorçamentários utilizados, arrecadados, guardados, geridos ou administrados no âmbito da administração pública estadual, contemplando inclusive os demais poderes e órgãos autônomos.

Participaram do encontro virtual, além do **conselheiro Celmar Rech** e do governador, o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira, a secretária de Economia, Christiane Schmidt, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, o secretário adjunto da Economia, Francisco Sérvulo, a subsecretária do Tesouro Estadual, Selene Nunes e o superintendente contábil, Ricardo Borges de Rezende.

Durante a videoconferência, o governador Ronaldo Caiado afirmou que desde o início de seu governo a preocupação tem sido a de ajustar as contas do Estado e para isso tem superado desafios, citando a dificuldade extra surgida este ano, com a disseminação do vírus em proporção planetária.

A secretária Christiane Schmidt parabenizou o **TCE-GO** pela adoção da recepção digital das contas, "que facilita a troca de informações e evita o erro humano". Ela explicou que, no balanço apresentado, o governo procurou atender as recomendações do Tribunal e sanar os erros verificados em anos anteriores.

Veja fotos no Flickr do **TCE-GO**.

Diretoria de Comunicação Social

Site: <http://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/contas-do-governador-de-2019-encaminhadas-ao-tce-go/>

Governo de Goiás entrega prestação de contas de 2019 ao TCE

Mayara Ferreira

O governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado, e a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, entregaram na tarde de ontem (21), o Balanço Geral do Estado (BGE) do Exercício de 2019 ao presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, **conselheiro Celmar Rech**. A solenidade de entrega foi virtual, devido às restrições do período de pandemia do coronavírus.

"Assumimos um desafio enorme diante de um quadro fiscal extremamente preocupante. Os detalhes apresentados nesta prestação de contas mostram um trabalho sério e a unificação da equipe em buscar dar transparência aos dados. Estamos mostrando para a população que tem como governar com compromisso e com a honestidade com o dinheiro público", explicou o governador.

A secretária Cristiane Schmidt disse que **Goiás** teve um bom desempenho fiscal em 2019, frente aos problemas financeiros herdados de gestões anteriores. "Fizemos o dever de casa, cumprimos os mínimos constitucionais para saúde, educação e colocamos em dia o pagamento dos servidores públicos que estava em atraso", destacou.

Além da secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o titular da **Controladoria Geral do Estado**, Henrique Ziller, e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**, Lissauer Vieira, participaram da entrega. Também estiveram presentes, virtualmente, o secretário-Adjunto da Economia, Francisco Sérvulo Nogueira, a subsecretária do Tesouro Estadual, Selene Peres Peres Nunes, e o Contador Geral do Estado e superintendente de Contabilidade da Secretaria da Economia, Ricardo Borges de Rezende.

Uma das novidades no procedimento de entrega do BGE é o sistema totalmente eletrônico. De acordo com o superintendente Ricardo Borges, foi um grande avanço para a transparência e eficiência na prestação de contas. "Pela primeira vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica do Boletim Geral. Foi um trabalho árduo para fechar todos os relatórios e as demonstrações de contas descritivas".

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em quatro eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo.

O **conselheiro Celmar Rech** frisou os esforços da atual gestão do Governo de **Goiás**. "Estamos acompanhando desde muito tempo algumas ações, como a demonstração contábil da estrutura fiscal, e este trabalho mostra o esforço feito pelo Estado durante o ano de 2019 para o ajuste das contas fiscais. O governador Ronaldo Caiado está de parabéns com essa equipe da Secretaria da Economia, e desejo votos de muito sucesso ao longo do mandato".

Celmar explicou a importância da agenda desta quinta-feira. "Este processo talvez seja o mais importante do Tribunal de Contas, porque na verdade estamos falando do Balanço Geral do Estado. Dentro destes números estão todos os Poderes e órgãos. Este processo traz uma visão do Estado".

Na ocasião, o governador Ronaldo Caiado ressaltou o importante apoio do **TCE**. "Nós conseguimos avançar no governo graças à participação e orientação do presidente do **TCE**, **Celmar Rech** que, com seu conhecimento e orientação, e pela cultura que tem em proteger o Estado e exigir cada vez mais ações republicanas com os poderes constituídos, sempre nos atendeu e fez com que toda a equipe pudesse interagir, expondo suas dúvidas".

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal cabe ao Legislativo a competência de julgar as contas em definitivo.

RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DO BALANÇO 2019

1) GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O resultado superou o resultado deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

ReceitasAs Receitas Orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de Receitas Correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de Receitas de Capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das Receitas Correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das Receitas Tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Despesas - As despesas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor empenhado de R\$ 29,474 bilhões (17,46% superior a 2018), sendo R\$ 27,793 bilhões de despesas correntes e R\$ 1,680 bilhão de despesas de capital

2) GESTÃO PATRIMONIAL

O Ativo Total do Estado de **Goiás** cresceu 12,13%, totalizando em 2019, R\$ 81,385 bilhões, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2019 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o Patrimônio Público destaca-se na elevação do Imobilizado do Estado de R\$ 15,8 bilhões em 2018 para R\$ 22,8 bilhões em 2019 (+44,53%), fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis do Estado.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado, a Dívida Consolidada totalizou em 2019 R\$ 20,67 bilhões, crescimento de 5,27% em relação a 2018. Isso se deu devido à suspensão de pagamento dos contratos da dívida, a partir de maio de 2019. Vale destacar que o Estado de **Goiás** se encontra em processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Levantamento da Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária da Secretaria da Economia revela que o estoque da dívida suspenso em função das cautelares, calculado em 31 de dezembro de 2019, perfaz o montante de R\$ 1,2 bilhão.

Ainda no âmbito do passivo, o Estado pagou R\$ 1,3 bilhão de Restos a Pagar e cancelou R\$ 426 milhões em 2019. A inscrição em Restos a Pagar foi de R\$ 1,42 bilhão, 27,07%, menor que em 2018 (R\$ 1,95 bilhão). O Estoque de Restos a Pagar para 2020 ficou em R\$ 3,52 bilhões.

3) GESTÃO FISCAL

Daquele total das receitas Orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24,54 bilhões. Além disso, o Déficit Previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

Recursos vinculados para educação e saúde - Aplicação na educação: o mínimo é 25%, o Estado aplicou 25,28%; para a saúde: o mínimo é 12%, o Estado aplicou 12,35%

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

O Balanço Geral do Estado está disponível no site da Secretaria da Economia: www.economia.go.gov.br/

Site: <https://diariodeaparecida.com.br/governo-de-goias-entrega-prestacao-de-contas-de-2019-ao-tce/>

Governo entrega ao TCE balanço com superávit de R\$ 523 milhões em 2019

O governo de **Goiás** entregou nesta quinta-feira (21) o Balanço Geral do Estado (BGE) de 2019 ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**. O resultado orçamentário apresentou superávit de R\$ 523 milhões no ano passado, revertendo um déficit de R\$ 1,34 bilhão de 2018. Pela primeira vez, a entrega foi virtual, por conta das restrições ao contato impostas pela epidemia de Covid-19.

A secretária de Economia, Cristiane Schmidt, afirmou que o desempenho fiscal de **Goiás** em 2019 foi positivo. "Fizemos o dever de casa, cumprimos os mínimos constitucionais para saúde, educação e colocamos em dia o pagamento dos servidores públicos que estava em atraso", pontuou.

O governador Ronaldo Caiado também citou o cenário fiscal grave no primeiro ano de governo. "Assumimos um desafio enorme diante de um quadro fiscal extremamente preocupante. Os detalhes apresentados nesta prestação de contas mostram um trabalho sério e a unificação da equipe em buscar dar transparência aos dados", avaliou.

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em quatro eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo.

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal cabe ao Legislativo a competência de julgar as contas em definitivo.

RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DO BALANÇO 2019

1) GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Orçamentário do exercício de 2019 foi superavitária em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O resultado superou o resultado deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas - As Receitas Orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de Receitas Correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de Receitas de Capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das Receitas Correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das Receitas Tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Despesas - As despesas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor empenhado de R\$ 29,474 bilhões (17,46% superior a 2018), sendo R\$ 27,793 bilhões de despesas correntes e R\$ 1,680 bilhão de despesas de capital

2) GESTÃO PATRIMONIAL

O Ativo Total do Estado de **Goiás** cresceu 12,13%, totalizando em 2019, R\$ 81,385 bilhões, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2019 para R\$ 2,9 bilhões em 2018 (+83,68%).

Elevação do Imobilizado do Estado de R\$ 15,8 bilhões em 2018 para R\$ 22,8 bilhões em 2019 (+44,53%), fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis do Estado.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado, a Dívida Consolidada totalizou em 2019 R\$ 20,67 bilhões, crescimento de 5,27% em relação a 2018. Isso se deu devido à suspensão de pagamento dos contratos da dívida, a partir de maio de 2019. **Goiás** se encontra em processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Levantamento da Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária da Secretaria da Economia revela que o estoque da dívida suspenso em função das cautelares, calculado em 31 de dezembro de 2019, perfaz o montante de R\$ 1,2 bilhão.

Ainda no âmbito do passivo, o Estado pagou R\$ 1,3 bilhão de Restos a Pagar e cancelou R\$ 426 milhões em 2019. A inscrição em Restos a Pagar foi de R\$ 1,42 bilhão, 27,07%, menor que em 2018 (R\$ 1,95 bilhão). O Estoque de Restos a Pagar para 2020 ficou em R\$ 3,52 bilhões.

3) GESTÃO FISCAL

Daquele total das receitas Orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24,54 bilhões. Além disso, o Déficit Previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

Recursos vinculados para educação e saúde - Aplicação na educação: o mínimo é 25%, o Estado aplicou 25,28%; para a saúde: o mínimo é 12%, o Estado aplicou 12,35%

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <https://diariodegoias.com.br/governo-entrega-ao-tce-balanco-com-superavit-de-r-523-milhoes-em-2019/>

Governo de Goiás entrega prestação de contas de 2019 ao TCE

O governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado, e a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, entregaram na tarde desta quinta-feira, dia 21, o Balanço Geral do Estado (BGE) do Exercício de 2019 ao presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, **conselheiro Celmar Rech**. A solenidade de entrega foi virtual, devido às restrições do período de pandemia do coronavírus.

"Assumimos um desafio enorme diante de um quadro fiscal extremamente preocupante. Os detalhes apresentados nesta prestação de contas mostram um trabalho sério e a unificação da equipe em buscar dar transparência aos dados. Estamos mostrando para a população que tem como governar com compromisso e com a honestidade com o dinheiro público", explicou o governador.

A secretária Cristiane Schmidt disse que **Goiás** teve um bom desempenho fiscal em 2019, frente aos problemas financeiros herdados de gestões anteriores. "Fizemos o dever de casa, cumprimos os mínimos constitucionais para saúde, educação e colocamos em dia o pagamento dos servidores públicos que estava em atraso", destacou.

Além da secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o titular da **Controladoria Geral do Estado**, Henrique Ziller, e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**, Lissauer Vieira, participaram da entrega. Também estiveram presentes, virtualmente, o secretário-Adjunto da Economia, Francisco Sérvulo Nogueira, a subsecretária do Tesouro Estadual, Selene Peres Peres Nunes, e o Contador Geral do Estado e superintendente de Contabilidade da Secretaria da Economia, Ricardo Borges de Rezende.

Uma das novidades no procedimento de entrega do BGE é o sistema totalmente eletrônico. De acordo com o superintendente Ricardo Borges, foi um grande avanço para a transparência e eficiência na prestação de contas. "Pela primeira vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica do Boletim Geral. Foi um trabalho árduo para fechar todos os relatórios e as demonstrações de contas descritivas".

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em quatro eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo.

O **conselheiro Celmar Rech** frisou os esforços da atual gestão do Governo de **Goiás**. "Estamos acompanhando desde muito tempo algumas ações, como a demonstração contábil da estrutura fiscal, e este trabalho mostra o esforço feito pelo Estado durante o ano de 2019 para o ajuste das contas fiscais. O governador Ronaldo Caiado está de parabéns com essa equipe da Secretaria da Economia, e desejo votos de muito sucesso ao longo do mandato".

Celmar explicou a importância da agenda desta quinta-feira. "Este processo talvez seja o mais importante do Tribunal de Contas, porque na verdade estamos falando do Balanço Geral do Estado. Dentro destes números estão todos os Poderes e órgãos. Este processo traz uma visão do Estado".

Na ocasião, o governador Ronaldo Caiado ressaltou o importante apoio do **TCE**. "Nós conseguimos avançar no governo graças à participação e orientação do presidente do **TCE**, **Celmar Rech** que, com seu conhecimento e orientação, e pela cultura que tem em proteger o Estado e exigir cada vez mais ações republicanas com os poderes constituídos, sempre nos atendeu e fez com que toda a equipe pudesse interagir, expondo suas dúvidas".

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal cabe ao Legislativo a competência de julgar as

contas em definitivo.

O Resultado Orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O resultado superou o resultado deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas - As Receitas Orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de Receitas Correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de Receitas de Capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das Receitas Correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das Receitas Tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Despesas - As despesas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor empenhado de R\$ 29,474 bilhões (17,46% superior a 2018), sendo R\$ 27,793 bilhões de despesas correntes e R\$ 1,680 bilhão de despesas de capital.

O Ativo Total do Estado de **Goiás** cresceu 12,13%, totalizando em 2019, R\$ 81,385 bilhões, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2019 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o Patrimônio Público destaca-se na elevação do Imobilizado do Estado de R\$ 15,8 bilhões em 2018 para R\$ 22,8 bilhões em 2019 (+44,53%), fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis do Estado.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado, a Dívida Consolidada totalizou em 2019 R\$ 20,67 bilhões, crescimento de 5,27% em relação a 2018. Isso se deu devido à suspensão de pagamento dos contratos da dívida, a partir de maio de 2019. Vale destacar que o Estado de **Goiás** se encontra em processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Levantamento da Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária da Secretaria da Economia revela que o estoque da dívida suspenso em função das cautelares, calculado em 31 de dezembro de 2019, perfaz o montante de R\$ 1,2 bilhão.

Ainda no âmbito do passivo, o Estado pagou R\$ 1,3 bilhão de Restos a Pagar e cancelou R\$ 426 milhões em 2019. A inscrição em Restos a Pagar foi de R\$ 1,42 bilhão, 27,07%, menor que em 2018 (R\$ 1,95 bilhão). O Estoque de Restos a Pagar para 2020 ficou em R\$ 3,52 bilhões.

Daquele total das receitas Orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24,54 bilhões. Além disso, o Déficit Previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

Recursos vinculados para educação e saúde - Aplicação na educação: o mínimo é 25%, o Estado aplicou 25,28%; para a saúde: o mínimo é 12%, o Estado aplicou 12,35%

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

O Balanço Geral do Estado está disponível no site da Secretaria da Economia: www.economia.go.gov.br/

Secretaria de Economia - Governo de **Goiás**

Site: <http://www.goias.gov.br/index.php/servico/25-executivo/121719-governo-de-goias-entrega-prestacao-de-contas-de-2019-ao-tce>

Governo de Goiás lança projeto Embaixadores da Cidadania

O Governo do Estado de **Goiás** em parceria com a Universidade Federal de **Goiás** (UFG), lançou o projeto Embaixadores da Cidadania. Trata-se de um programa de certificação que tem o objetivo de acionar, por meio da capacitação estruturada, o conhecimento dos dispositivos constitucionais atrelados à cidadania. Poderá participar da iniciativa qualquer cidadão de 16 anos ou mais disposto a aprimorar e produzir um projeto que vise a uma interferência social.

Ao debater temas ligados à cidadania, a **administração estadual** busca construir uma cultura política transformadora e participativa, em especial na sociedade goiana. Com duração de aproximadamente cinco meses e encerramento previsto para dezembro, é esperada a participação e capacitação direta de até 500 candidatos em diversos temas referentes ao exercício da cidadania e da participação social.

As inscrições, gratuitas, estão abertas até 7 de junho e serão realizadas no site do projeto Clique Aqui. Pode participar do Embaixadores da Cidadania qualquer cidadão disposto a conhecer mais sobre valores fundamentais da vida em sociedade, do funcionamento e diretrizes da administração pública, bem como sobre as oportunidades de participação cívica previstas na legislação brasileira.

O projeto está estruturado em duas fases. A primeira conta com etapas teóricas e pílulas de conhecimento. Os cursos teóricos foram desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e serão ofertados por EaD em ambiente virtual. Na segunda fase, os participantes serão estimulados a desenvolver um projeto social que contribua ou possa ser aplicado em sua comunidade. Ao final, será concedida pela UFG uma certificação de 180 horas para aqueles que concluírem as etapas.

Os conteúdos e atividades feitos ao longo do curso permitirão que os cidadãos participantes entendam a importância da participação ativa na sua comunidade e no Estado. Como resultado, é esperado que o Embaixadores da Cidadania se desenvolva como um instrumento eficaz para influenciar diretamente no desenvolvimento de uma cultura política que torne o cidadão goiano um agente ativo e participativo na construção das políticas públicas que incidem sobre ele e sobre sua comunidade.

Também são parceiros do projeto o Ministério Público de **Goiás**, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás**, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Educação de **Goiás**, a Organização das Voluntárias de **Goiás**, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, a **Agência Brasil Central**, entidades e projetos como o Voto Consciente, Lobby Social, Politize!, Goianas na Urna, e a agência de dados Fiquem Sabendo. Estas instituições também cederão técnicos e integrantes que atuarão como facilitadores das atividades, em conversas sobre suas áreas de atuação, gravadas e disponíveis aos participantes inscritos.

Site: <http://www.goias.gov.br/index.php/servico/44-educacao/121720-governo-de-goias-lanca-projeto-embaixadores-da-cidadania>

22/05/2020-Goiás-Governo de Goiás entrega prestação de contas de 2019 ao TCE

imprensa

Pela primeira vez, relatório foi entregue de maneira virtual, e trouxe em seu conteúdo o equilíbrio fiscal das ações do governo que, apesar do desafio que foi 2019, conseguiu governar com compromisso e com a honestidade com o dinheiro público de forma transparente

O governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado, e a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, entregaram na tarde desta quinta-feira, dia 21, o Balanço Geral do Estado (BGE) do Exercício de 2019 ao presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, **conselheiro Celmar Rech**. A solenidade de entrega foi virtual, devido às restrições do período de pandemia do coronavírus.

"Assumimos um desafio enorme diante de um quadro fiscal extremamente preocupante. Os detalhes apresentados nesta prestação de contas mostram um trabalho sério e a unificação da equipe em buscar dar transparência aos dados. Estamos mostrando para a população que tem como governar com compromisso e com a honestidade com o dinheiro público", explicou o governador.

A secretária Cristiane Schmidt disse que **Goiás** teve um bom desempenho fiscal em 2019, frente aos problemas financeiros herdados de gestões anteriores. "Fizemos o dever de casa, cumprimos os mínimos constitucionais para saúde, educação e colocamos em dia o pagamento dos servidores públicos que estava em atraso", destacou.

Além da secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o titular da **Controladoria Geral do Estado**, Henrique Ziller, e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**, Lissauer Vieira, participaram da entrega. Também estiveram presentes, virtualmente, o secretário-Adjunto da Economia, Francisco Sérvulo Nogueira, a subsecretária do Tesouro Estadual, Selene Peres Peres Nunes, e o Contador Geral do Estado e superintendente de Contabilidade da Secretaria da Economia, Ricardo Borges de Rezende.

Uma das novidades no procedimento de entrega do BGE é o sistema totalmente eletrônico. De acordo com o superintendente Ricardo Borges, foi um grande avanço para a transparência e eficiência na prestação de contas. "Pela primeira vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica do Boletim Geral. Foi um trabalho árduo para fechar todos os relatórios e as demonstrações de contas descritivas".

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em quatro eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo.

O **conselheiro Celmar Rech** frisou os esforços da atual gestão do Governo de **Goiás**. "Estamos acompanhando desde muito tempo algumas ações, como a demonstração contábil da estrutura fiscal, e este trabalho mostra o esforço feito pelo Estado durante o ano de 2019 para o ajuste das contas fiscais. O governador Ronaldo Caiado está de parabéns com essa equipe da Secretaria da Economia, e desejo votos de muito sucesso ao longo do mandato".

Celmar explicou a importância da agenda desta quinta-feira. "Este processo talvez seja o mais importante do Tribunal de Contas, porque na verdade estamos falando do Balanço Geral do Estado. Dentro destes números estão todos os Poderes e órgãos. Este processo traz uma visão do Estado".

Na ocasião, o governador Ronaldo Caiado ressaltou o importante apoio do **TCE**. "Nós conseguimos avançar no governo graças à participação e orientação do presidente do **TCE**, **Celmar Rech** que, com seu

conhecimento e orientação, e pela cultura que tem em proteger o Estado e exigir cada vez mais ações republicanas com os poderes constituídos, sempre nos atendeu e fez com que toda a equipe pudesse interagir, expondo suas dúvidas".

Governador Ronaldo Caiado: "Nós conseguimos avançar no governo graças à participação e orientação do presidente do **TCE**"

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal cabe ao Legislativo a competência de julgar as contas em definitivo.

RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DO BALANÇO 2019

1) GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O resultado superou o resultado deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas - As Receitas Orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de Receitas Correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de Receitas de Capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das Receitas Correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das Receitas Tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Despesas - As despesas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor empenhado de R\$ 29,474 bilhões (17,46% superior a 2018), sendo R\$ 27,793 bilhões de despesas correntes e R\$ 1,680 bilhão de despesas de capital

2) GESTÃO PATRIMONIAL

O Ativo Total do Estado de **Goiás** cresceu 12,13%, totalizando em 2019, R\$ 81,385 bilhões, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2019 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o Patrimônio Público destaca-se na elevação do Imobilizado do Estado de R\$ 15,8 bilhões em 2018 para R\$ 22,8 bilhões em 2019 (+44,53%), fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis do Estado.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado, a Dívida Consolidada totalizou em 2019 R\$ 20,67 bilhões, crescimento de 5,27% em relação a 2018. Isso se deu devido à suspensão de pagamento dos contratos da dívida, a partir de maio de 2019. Vale destacar que o Estado de **Goiás** se encontra em processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Levantamento da Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária da Secretaria da Economia revela que o estoque da dívida suspenso em função das cautelares, calculado em 31 de dezembro de 2019, perfaz o montante de R\$ 1,2 bilhão.

Ainda no âmbito do passivo, o Estado pagou R\$ 1,3 bilhão de Restos a Pagar e cancelou R\$ 426 milhões em 2019. A inscrição em Restos a Pagar foi de R\$ 1,42 bilhão, 27,07%, menor que em 2018 (R\$ 1,95 bilhão). O Estoque de Restos a Pagar para 2020 ficou em R\$ 3,52 bilhões.

3) GESTÃO FISCAL

Daquele total das receitas Orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o Déficit Previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

Recursos vinculados para educação e saúde - Aplicação na educação: o mínimo é 25%, o Estado aplicou 25,28%; para a saúde: o mínimo é 12%, o Estado aplicou 12,35%

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

O Balanço Geral do Estado está disponível no site da Secretaria da Economia: www.economia.go.gov.br/

Secretaria de Economia - Governo de **Goiás**

Site: <http://imprensaja.com.br/portal/22-05-2020-goias-governo-de-goias-entrega-prestacao-de-contas-de-2019-ao-tce/>

22/05/2020-Goiás-Lançado projeto Embaixadores da Cidadania

imprensaja

O objetivo é capacitar cidadãos para participar em assuntos públicos e emitir certificação da universidade em cidadania e participação social

O Governo do Estado de **Goiás** em parceria com a Universidade Federal de **Goiás** (UFG), lançou o projeto Embaixadores da Cidadania. Trata-se de um programa de certificação que tem o objetivo de acionar, por meio da capacitação estruturada, o conhecimento dos dispositivos constitucionais atrelados à cidadania. Poderá participar da iniciativa qualquer cidadão de 16 anos ou mais disposto a aprimorar e produzir um projeto que vise a uma interferência social.

Ao debater temas ligados à cidadania, a **administração estadual** busca construir uma cultura política transformadora e participativa, em especial na sociedade goiana. Com duração de aproximadamente cinco meses e encerramento previsto para dezembro, é esperada a participação e capacitação direta de até 500 candidatos em diversos temas referentes ao exercício da cidadania e da participação social.

As inscrições, gratuitas, estão abertas até 7 de junho e serão realizadas no site do projeto Clique Aqui. Pode participar do Embaixadores da Cidadania qualquer cidadão disposto a conhecer mais sobre valores fundamentais da vida em sociedade, do funcionamento e diretrizes da administração pública, bem como sobre as oportunidades de participação cívica previstas na legislação brasileira.

O projeto está estruturado em duas fases. A primeira conta com etapas teóricas e pílulas de conhecimento. Os cursos teóricos foram desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e serão ofertados por EaD em ambiente virtual. Na segunda fase, os participantes serão estimulados a desenvolver um projeto social que contribua ou possa ser aplicado em sua comunidade. Ao final, será concedida pela UFG uma certificação de 180 horas para aqueles que concluírem as etapas.

Os conteúdos e atividades feitos ao longo do curso permitirão que os cidadãos participantes entendam a importância da participação ativa na sua comunidade e no Estado. Como resultado, é esperado que o Embaixadores da Cidadania se desenvolva como um instrumento eficaz para influenciar diretamente no desenvolvimento de uma cultura política que torne o cidadão goiano um agente ativo e participativo na construção das políticas públicas que incidem sobre ele e sobre sua comunidade.

Também são parceiros do projeto o Ministério Público de **Goiás**, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás**, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Educação de **Goiás**, a Organização das Voluntárias de **Goiás**, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, a **Agência Brasil Central**, entidades e projetos como o Voto Consciente, Lobby Social, Politize!, Goianas na Urna, e a agência de dados Fiquem Sabendo. Estas instituições também cederão técnicos e integrantes que atuarão como facilitadores das atividades, em conversas sobre suas áreas de atuação, gravadas e disponíveis aos participantes inscritos.

Site: <http://imprensaja.com.br/portal/22-05-2020-goias-lancado-projeto-embaixadores-da-cidadania/>

Governo de Goiás lança projeto Embaixadores da Cidadania

O objetivo é capacitar cidadãos para participar em assuntos públicos e emitir certificação da universidade em cidadania e participação social

O Governo do Estado de **Goiás** em parceria com a Universidade Federal de **Goiás** (UFG), lançou o projeto Embaixadores da Cidadania. Trata-se de um programa de certificação que tem o objetivo de acionar, por meio da capacitação estruturada, o conhecimento dos dispositivos constitucionais atrelados à cidadania. Poderá participar da iniciativa qualquer cidadão de 16 anos ou mais disposto a aprimorar e produzir um projeto que vise a uma interferência social.

Ao debater temas ligados à cidadania, a **administração estadual** busca construir uma cultura política transformadora e participativa, em especial na sociedade goiana. Com duração de aproximadamente cinco meses e encerramento previsto para dezembro, é esperada a participação e capacitação direta de até 500 candidatos em diversos temas referentes ao exercício da cidadania e da participação social.

As inscrições, gratuitas, estão abertas até 7 de junho e serão realizadas no site do projeto Clique Aqui . Pode participar do Embaixadores da Cidadania qualquer cidadão disposto a conhecer mais sobre valores fundamentais da vida em sociedade, do funcionamento e diretrizes da administração pública, bem como sobre as oportunidades de participação cívica previstas na legislação brasileira.

O projeto está estruturado em duas fases. A primeira conta com etapas teóricas e pílulas de conhecimento. Os cursos teóricos foram desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e serão ofertados por EaD em ambiente virtual. Na segunda fase, os participantes serão estimulados a desenvolver um projeto social que contribua ou possa ser aplicado em sua comunidade. Ao final, será concedida pela UFG uma certificação de 180 horas para aqueles que concluírem as etapas.

Os conteúdos e atividades feitos ao longo do curso permitirão que os cidadãos participantes entendam a importância da participação ativa na sua comunidade e no Estado. Como resultado, é esperado que o Embaixadores da Cidadania se desenvolva como um instrumento eficaz para influenciar diretamente no desenvolvimento de uma cultura política que torne o cidadão goiano um agente ativo e participativo na construção das políticas públicas que incidem sobre ele e sobre sua comunidade.

Também são parceiros do projeto o Ministério Público de **Goiás**, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás**, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Educação de **Goiás**, a Organização das Voluntárias de **Goiás**, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, a **Agência Brasil Central**, entidades e projetos como o Voto Consciente, Lobby Social, Politize!, Goianas na Urna, e a agência de dados Fiquem Sabendo. Estas instituições também cederão técnicos e integrantes que atuarão como facilitadores das atividades, em conversas sobre suas áreas de atuação, gravadas e disponíveis aos participantes inscritos.

Site: <https://site.educacao.go.gov.br/estudantes/governo-de-goias-lanca-projeto-embaixadores-da-cidadania/>